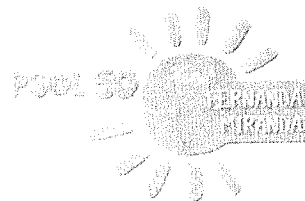


Encaminho a  
Unidade de Apoio  
Legislativo.

Câmara Munic de Pelotas 06-Mar-2017-09:57-001287-1/2

06/03/17

Luiz Viana



Memorando nº 51/2017

Pelotas, 06 de março de 2017

**Ao Excelentíssimo Presidente da Câmara de Vereadores de Pelotas,  
senhor Luiz Henrique Viana**

Assunto: Projeto de Lei

Projeto de lei que propõe Isenção do pagamento de tarifas de transporte coletivo às gestantes de alto risco.

**Art. 1º** - Ficam as gestantes de alto risco isentas do pagamento de tarifas de transporte coletivo.

Parágrafo único - Para o fim do disposto no caput deste artigo, a gestação de alto risco deverá ser atestada por profissional habilitado da rede pública de saúde.

**Art. 2º** - As gestantes de alto risco passam a ter direito de utilizar o Cartão PRATI ESPECIAL, para que possam utilizar o benefício da gratuidade no transporte coletivo urbano, confeccionado pelo Consórcio de Transporte Coletivo de Pelotas - CTCP.

Parágrafo I - As gestantes de alto risco terão direito de um acompanhante, que também poderá utilizar do benefício da gratuidade.

Parágrafo II - O Cartão PRATI ESPECIAL requisitado pela gestante de alto risco terá validade de 12 meses a contar a partir da data de solicitação.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificativa

A gravidez de alto risco, seja por motivos socioculturais, psicológicos ou fisiológicos, tem sido alvo de importantes debates nos meios dedicados ao estudo e ao desenvolvimento da Saúde Pública. Considera-se gestação de alto risco quando ocorre qualquer doença materna ou condição sociobiológica durante o período gestacional, podendo prejudicar a sua boa evolução. Muitas são as causas da gravidez de alto risco, e, entre essas, têm crescido problemas como hipertensão, diabetes, HIV, plaquetopenia, pré-eclâmpsia, além de outros ocasionados pelo consumo de drogas, cada vez mais incidentes. O fato é que essa é uma questão recorrente que exige um esforço dos entes públicos. Assim, pelo risco que correm as gestantes em situação de alto risco, bem como seus bebês, por não serem atendidos rapidamente, e, ainda, pelos altos índices de ocorrência dessas gestações nas classes menos favorecidas, justifica-se a isenção da tarifa no transporte coletivo a essas gestantes, que, inclusive, irá agilizar o acompanhamento pré-natal. O Poder Público deve assumir sua parcela de responsabilidade frente a esse problema, e o presente Projeto de Lei visa a contribuir para a diminuição do número de óbitos nos casos descritos acima, assim como garantir a prevenção e a conscientização das mães em situação de risco.

Atenciosamente,



Vereadora Fernanda Pinto Miranda - PSOL Pelotas